

DESproporção DA REDE: da escala nacional ao subsistema urbano de Aracaju

DISPROPORTION OF THE
NETWORK: national scale the
urban subsystem Aracaju

Márcia Maria Santos Santiago*

RESUMO

A rede caracteriza-se pela interatividade das relações que se processam em tempos e espaços diferenciados, fator que proporciona a articulação/fragmentação entre sujeitos e lugares nas distintas escalas geográficas. Essa dialética entre sujeitos e objetos delinea as distinções espaciais que perpassam todas as escalas. No Brasil, desde a formação do seu território esses elementos passaram por nuances que possibilitaram maior articulação, porém não aboliram as desigualdades. Essa interatividade dia-

lética é verificada nas escalas menores. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o descompasso da rede urbana no Brasil, junto ao subsistema urbano de Aracaju. Para isto, foi necessário realizar a revisão da literatura, pautada em estudiosos que se dedicam à pesquisa sobre a temática urbana. A partir desses pressupostos teóricos conclui-se a lógica centralizadora da rede urbana no Brasil que subordina a maioria das cidades aos centros primazes detentores das especificidades urbanas.

Palavras-chave: redes, interatividade das relações, escala geográfica.

* Doutoranda em Geografia pelo NPGE/UFS, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Alves França. Mestre em Geografia – UFS/NPGE. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus Nossa Senhora da Glória. Email: mmsantiago@yahoo.com.br

ABSTRACT

The network is characterized by interactivity of relations that take place in different times and spaces, a factor that provides the joint / fragmentation between subjects and places in different geographical scales. This dialectic between subject and object outlines the distinctions that pervade all spatial scales. In Brazil, since the formation of its territory by these elements have nuances that enabled greater coordination, but not abolish inequality. This dialectic

interaction is verified in smaller scales. This study aims to analyze the mismatch of the urban network in Brazil, near the city of Aracaju subsystem. For this it was necessary to conduct the literature review, guided by researchers engaged in research on urban themes. From these theoretical presuppositions it follows the logic of centralization of the urban network in Brazil that makes the most of the cities the primate centers keepers of the specific urban.

Keywords: network, interactive of relations, geographical scale

INTRODUÇÃO

As relações espaciais se processam cotidianamente de modo articulado em tempos e espaços diferenciados, mas dialeticamente con-substanciados. Esses arranjos socioespaciais são geridos por diferentes agentes modeladores do espaço geográfico que determinam os vetores do emaranhado conjunto de objetos e ações. Porém, a dinâmica dos lugares, das regiões e das escalas geográficas mais abrangentes se distingue diante da lógica do sistema vigente e do papel exercido individual e conjuntamente na totalidade espacial.

Os ritmos diferenciados de cada localidade na espacialidade reticular explicitam as desigualdades, tanto entre os sujeitos, quanto entre os lugares. Na esfera nacional, esse descompasso torna-se uma constante desde a formação do território brasileiro. Mesmo com o aumento da intensidade das articulações em distintas escalas, ainda são recorrentes as desigualdades. A desproporção ocasiona as hierarquias entre os lugares e reforça a centralização de funções urbanas nos “lugares luminosos”, enquanto os “lugares opacos” tornam-se subservientes aos agentes e cidades macrocéfalas que determinam as diretrizes da rede.

Essas distinções são verificadas nas escalas menores, a exemplo do subsistema urbano de Aracaju, caracterizado pela primazia da capital estadual que subordina as demais cidades de Sergipe, além do

alcance espacial sobre algumas cidades dos estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco.

As interações espaciais perpassam escalas e se articulam à totalidade reticular seguindo a mesma tendência de centralização/subordinação que sustentam o sistema. A partir dessa lógica, as análises mais detalhadas entre essas interações devem estar na pauta das pesquisas urbanas para auxiliar no desvendamento das articulações interescolares. Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar o descompasso da rede urbana no Brasil, junto ao sistema suburbano de Aracaju.

Os resultados dessa análise foram obtidos a partir da revisão da Literatura, pautada em estudiosos que se dedicam sobre a temática urbana, como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, além de estudos locais e regionais sobre o subsistema urbano de Aracaju. Essa análise é parte da conclusão Dissertação de Mestrado intitulada *Areia Branca: espacialidades e interações na rede urbana de Sergipe* defendida no NPGEO/UFS, em 2012.¹

FORMAÇÃO DA REDE URBANA BRASILEIRA

O desenvolvimento de estudos sobre rede urbana no Brasil ocorreu a partir de meados do século XX. Dentre os precursores pode-se salientar Michel Rochefort,² influenciando com as suas teorias e metodologias de pesquisa. A partir desse momento, crescem os estudos urbanos no âmbito regional no país. Entre outros pesquisadores que contribuíram para a dissipação teórica sobre a rede urbana no Brasil, pode-se citar Geiger,³

¹ SANTIAGO, Márcia Maria Santos. *Areia Branca: espacialidades e interações na Rede Urbana de Sergipe*. São Cristóvão, 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFS, NPGED, 2011.

² ROCHEFORT Michel. *Méthodes d'étude des réseaux urbains. Intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active*. In: *Annales de Géographie*. 1957, t. 66, n°354. pp. 125-143. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_1957_num_66_354_18262 Acesso em 13 de janeiro de 2010.

³ GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais, MEC, 1963.

com o seu estudo sobre evolução da rede urbana brasileira; Santos, através de seus estudos sobre a Bahia e Corrêa com as suas análises sobre os estudos pioneiros e desenvolvimento de novas contribuições teóricas, através de “Os estudos de redes urbanas no Brasil”.⁴

Tanto para Corrêa⁵ como para Santos,⁶ no Brasil não havia uma integração nacional, ou seja, uma verdadeira rede urbana. Isso se evidencia devido a dois fatores que são interdependentes: o primeiro é que, no Brasil, até meados do século XX, predominava a economia agrária exportadora. Logo, a prioridade era o abastecimento de matéria-prima para Coroa portuguesa e, posteriormente, para outros países. Os diversos ciclos econômicos que o Brasil teve evidenciam o descaso pelas atividades urbanas e, sobretudo, pela integração entre os núcleos econômicos do país. O segundo fator remonta à herança colonial na formação dos primeiros núcleos urbanos, pois estes, em sua maioria localizavam-se no litoral, sobressaindo a função de defesa e a administrativa. A conexão das cidades brasileiras era irrisória, predominando a comunicação com o exterior para o escoamento da produção agrícola e a entrada dos produtos manufaturados.

Esses elementos explicam o vazio demográfico do país nas áreas interioranas até meados do século XX. A ocupação e interligação dessas áreas foram impulsionadas pelo Estado, alegando a descentralização econômica do país. Porém, atualmente, ainda há fragilidade nas interações socioespaciais e econômicas entre os núcleos urbanos interioranos, sobretudo nas regiões Nordeste, Norte e centro-oeste do país.

Segundo Santos,⁷ a rede urbana nos países subdesenvolvidos se caracteriza pela debilidade e pela fraca complexidade das relações de troca, além das grandes disparidades regionais. Dentro desse contexto,

⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n.4. 1967, p. 93-116.

⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n.4. 1967, p. 93-116.

⁶ SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

⁷ SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

o autor classifica as redes em três tipologias: as redes pouco desenvolvidas, caracterizadas pelo traçado simples, estrutura de modo linear; redes heterogêneas, evidenciadas por apresentarem diferentes estruturas nas conexões entre si; redes vulneráveis, em decorrência das sucessivas mutações que sofrem constantemente.

A coexistência dessas tipologias de redes demonstra os contrastes de um território, a exemplo do Brasil que apresenta extremos demográficos, contendo espaços caracterizados pela macrocefalia urbana e espaços subpovoados, vazios. Essas individualidades contribuem para as falhas e discrepâncias existentes na rede.

Além disso, a categoria de subdesenvolvimento condiciona a aderir os pacotes prontos veiculados pelos países de tecnologia de ponta, ocasionando a submissão e a desorganização socioespacial. Diante disso, Santos exemplifica através dos meios de transportes rápidos que alteram a dinâmica econômica e espacial de uma determinada localidade, organizando a estrutura espacial de modo distinto de outrora e, conseqüentemente, ocasionando a vulnerabilidade.⁸

Essa realidade da organização urbana brasileira começou a ser alterada em meados da década de 1940. Para Santos, os fatores da transformação devem-se ao aumento populacional, à indução do desenvolvimento industrial mundial e o conseqüente desenvolvimento industrial do Brasil. O crescimento populacional deve ser analisado em sua totalidade, através do crescimento vegetativo e, sobretudo ao êxodo rural que acelerou a urbanização no Brasil. Esse movimento populacional está atrelado à industrialização dos maiores centros urbanos do país, sobressaindo-se, São Paulo que se tornou a metrópole brasileira. Assim, “foi alterado a orientação e o sentido da urbanização, seja por uma nova distribuição espacial das cidades, seja pela renovação de suas funções e do tipo das relações que elas mantêm entre si e com as regiões respectivas”.⁹

⁸ SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

⁹ SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 84.

Segundo Giudice e Toledo Junior “[...] a estruturação das redes no Brasil teve particular incentivo da geopolítica, que, por sua vez, se utilizou delas para garantir a soberania do território, em período no qual este fator era preponderante na expressão do poder”.¹⁰ Esse período referendado por esses autores é o período militar, no qual as ações governistas estavam voltadas para proporcionar o crescimento da economia do país, viabilizando a inserção do Brasil no cenário econômico mundial como um país emergente.

A participação do Estado como agente modelador do espaço é vigente na constituição e ampliação das áreas de adensamento do território brasileiro, delineando a rede e a hierarquia urbana do país. Constata-se que mesmo o Estado sendo Neoliberal não impede a sua ação de regulador da economia, contribuindo tanto para a centralização, quanto para a descentralização dos núcleos econômicos. Diante do exposto, “a leitura da rede urbana implica em reconhecer que, embora o capitalismo opere com forças de dispersão e concentração, destacam-se os espaços metropolitanos, resultantes desse segundo processo, até porque deles procedem comandos sobre os demais”.¹¹

A rede urbana foi ampliada com o aceleração da urbanização que se deu através dos movimentos migratórios oriundos das áreas rurais. Esse êxodo rural se intensificou a partir de meados do século XX, resultantes da mecanização do campo, expropriação do camponês e concentração fundiária, evidenciando a penetração do capital também na área rural. Neste sentido, verifica-se a interdependência entre campo e cidade, não apenas no que tange ao abastecimento de mercadorias, mas a partir de uma sinergia maior que envolve o capital social e o movimento da força de trabalho em busca da inserção nesse sistema expropriador e excludente.

¹⁰ GIUDICE, Dante Severo; TOLEDO JUNIOR, Rubens. A importância das redes na geopolítica brasileira. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. v. 01, n. 11. 2007, p. 21.

¹¹ ENDLICH, Ângela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 406-407.

A trajetória da urbanização brasileira também é destacada por Singer ao evidenciar que toda área onde se originam fluxos migratórios ocorreram transformações socioeconômicas, incidindo na migração para outras localidades a fim de buscar melhores condições para a reprodução familiar.

Portanto:

Os mecanismos de mercado, que no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir racionalidade macro econômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização.¹²

A aceleração da urbanização resultou no aumento da infra-estrutura de ligação entre os lugares, priorizando as rodovias, permitindo a inserção das cidades na rede urbana. Fresca (2009) classifica as redes em duas categorias: “as das localidades centrais e outra menos frequente, que insere os núcleos em redes nacionais e globais, manifestando elementos econômicos e sociais bastantes distintos”.¹³ Esses elementos são as funções especializadas dos grandes centros urbanos, ressalta-se que esses não são grandes apenas no contingente populacional, mas no nível de técnicas estruturadas no espaço que permitem a fluidez de suas relações, tanto internas, quanto além de seus limites territoriais.

Nesse novo enfoque da organização espacial e econômica brasileira, alteram-se também as necessidades de infraestrutura viária criando-se rodovias para a integração nacional a fim de viabilizar a circulação e distribuição de mercadorias para a população. Porém, deve-se ressaltar que junto à industrialização e à conexão nacional, aumentam-se as disparidades regionais.

¹² SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 2ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 31-32.

¹³ FRESCA, Tânia Maria. Rede urbana, níveis de centralidade e produção industrial: perspectivas para um debate. In: *Encuentro de Geógrafos de America Latina*, 2009, Montevideo. Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2009.

O aumento da fluidez no território brasileiro foi possibilitado com a implantação de uma infraestrutura ligando os diferentes pontos (lugares) do território, o que gerou conexão econômica e, conseqüentemente, social. Isso só foi viabilizado através da instalação de vias de transportes ligando os principais centros econômicos, como aborda Dias:

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado internacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as diferentes regiões brasileiras. À presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certo -, mas que se tornaram uma condição a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizavam.¹⁴

Entretanto, essa integração territorial do Brasil não é sinônimo de equidade, pois, ainda hoje, tanto há disparidades numa escala mais ampla, quanto na microescala. Evidenciando que a técnica não resulta na similaridade entre os lugares, mas que ela é designada para dar sustentabilidade a um grupo hegemônico que manipula os demais agentes sociais, permitindo ou não o acesso aos bens e serviços disponibilizados no espaço para os grupos sociais.

Neste sentido, constata-se que as cidades formadoras da rede urbana brasileira são reflexos de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados que formam um conjunto de centros funcionalmente articulados, resultantes de complexos e mutáveis processos espaciais.¹⁵

¹⁴ DIAS, Leila Christina. *Redes: Emergência e Organização*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto .L. *Geografia Conceitos e Temas*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 150.

¹⁵ ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. São Paulo: UNESP, 2009.

A atual tessitura urbana brasileira é representada por uma teia de adensamentos contrastando com vazios demográficos. Além dos estudos abordados pelos teóricos supracitados neste trabalho verifica-se a ação veemente do IBGE na análise conjuntural da rede urbana brasileira. Neste sentido, desde a década de 1960, esse órgão realiza estudos sobre a hierarquia urbana nacional.

A metodologia adotada pelo IBGE considera a hierarquia definida para os centros urbanos brasileiros classificando as cidades em cinco níveis: o primeiro são as metrópoles, subdivididas em: grande metrópole de São Paulo; metrópole nacional, composta por Rio de Janeiro e Brasília; metrópole constituída por Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.¹⁶

O segundo nível é composto pelas setenta capitais regionais, subdivididas em três sub-níveis: capital regional A, capital regional B e capital regional C. O terceiro nível é formado por 169 centros sub-regional, dividindo em duas subclasses. O quarto é o centro de zona, formado por 556 cidades, subdividido em dois níveis. O quinto é o centro local formado por 4.473 cidades. O atual estudo do IBGE aponta que:

os centros que comandam as 12 redes urbanas identificadas no trabalho se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos, especialmente pelas ligações da gestão federal e empresarial. Ao mesmo tempo, os centros articulam-se também em relações horizontais, que se estruturam sobre ligações de interação, em padrão particularmente no topo da hierarquia.¹⁷

Outra relevância desse estudo é a constatação de pouca alteração nos estratos da rede urbana nacional, sobretudo, nos níveis mais elevados. “As principais mudanças no período devem-se ao adensamento, ou mesmo à emergência, de redes em territórios de

¹⁶ IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

¹⁷ IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 15.

ocupação anteriormente rarefeita e ao fortalecimento do papel das capitais estaduais” .¹⁸

Assim, compreende-se que embora nas últimas décadas haja uma política de descentralização das funções urbanas das cidades do país, isso não repercute na alteração dos estratos da rede. Essas medidas contribuíram para emergência de cidades médias amparadas pelos incentivos fiscais de seus governantes para atrair empresas renomadas nacionalmente e até mesmo internacionais.

Muitas cidades que pertenciam aos estratos inferiores da rede urbana no país passaram a desenvolver papéis intermediários na rede nacional. Porém, o crescimento vertiginoso da maioria desses centros urbanos não foi acompanhado de uma política de planejamento urbano adequada para evitar os mesmos problemas que afligem a população dos grandes centros urbanos.

SUBSISTEMA URBANO DE ARACAJU

Em Sergipe, a cidade de maior hierarquia da rede urbana é a capital, Aracaju, que expandiu a sua influência em uma escala interestadual, tendo como alcance espacial alguns municípios da Bahia, de Alagoas e de Pernambuco. Porém, ressalta-se que por ser uma cidade jovem, fundada em meados do século XIX (1855), teve vários entraves para estender a sua influência, sobretudo, por estar localizada entre os dois maiores centros econômicos do nordeste, Salvador e Recife.

Os estudos pioneiros sobre a rede urbana sergipana na esfera regional se concretizaram, a partir de meados do século XX, através de Roberto Lobato Corrêa¹⁹, Alexandre Diniz²⁰ e Aloísio C. Duarte.²¹ Esses

¹⁸ IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 17.

¹⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 4, 1967, p. 93-116.

²⁰ DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3, 1969, p. 103-150.

²¹ DUARTE, Aluísio Capdeville. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n 220, 1971, p. 3-129.

estudos analisaram a zona de influência de Aracaju, tanto na escala estadual, quanto na interestadual. Em todos os estudos, constatou-se a primazia exercida por Aracaju, como afirma Corrêa: “suas diversas funções, político-administrativa, comercial e de prestação de serviços e uma modesta função industrial fazem da capital sergipana o principal centro de uma ampla hinterlândia”.²² Ressaltando-se que o elemento fomentador para transformar Aracaju na capital sergipana foi a função portuária que serviria para o escoamento da produção canavieira alojada no vale do Cotinguiba, base econômica do estado.

Desde então, a proeminência aracajuana se estendeu, ampliando-se as funções e conseqüentemente as disparidades entre as demais cidades sergipanas. À medida que o raio de penetração se expandia, as cidades que se constituíam pólos econômicos do estado perderam a concorrência, passando a uma posição secundária. Esses elementos instigaram o aumento populacional de Aracaju, atraindo fluxos migratórios de todo o estado e, por conseguinte, a especialização de novas funções. Nessa conjuntura, constata-se a conjugação de vários fatores no seu ciclo de desenvolvimento.

Os investimentos em comunicação ampliaram-se com a capital através, das ferrovias e rodovias que se intensificaram a partir da década de 1940, acentuando a primazia de Aracaju, como afirma Diniz: “Todas as linhas-tronco do Estado foram construídas a partir de Aracaju, para sudoeste, oeste, noroeste e norte. Assim, a capital se tornou o ponto central de uma rede quase radial de estradas de rodagem, logo que as linhas principais foram interligadas por linhas secundárias”.²³

Com a difusão da comunicação entre Aracaju e as demais cidades sergipanas surgiram “novos centros relais”, ou seja, os centros de zonas, tornando-se intermediários, entre os centros locais de suas respectivas áreas de influência e a capital. Diniz aponta como novos centros emer-

²² CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. V. 27, n. 2. Rio de Janeiro, 1965, p. 48.

²³ DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3,1969, p. 109.

gentes: Nossa Senhora da Glória e Tobias Barreto, além das cidades de Propriá, Estância, Simão Dias, Itabaiana e Lagarto. Porém, a influência exercida pelos centros de zona sobre os centros locais não dependia do equipamento urbano, mas da precariedade dos transportes, da distância em relação a Aracaju e do subdesenvolvimento da área.²⁴

A conexão das redes urbanas é baseada em uma hierarquia, a partir de uma cidade de maior porte, cidade dominante, que exerce influência sobre as demais. No caso sergipano, a centralidade é exercida por Aracaju que atrai fluxos de mercadorias, serviços, informações e pessoas de todo o estado. Segundo Diniz “Aracaju é o centro de comando e de difusão de informações”.²⁵ Concentra as funções econômica, social e cultural do estado, evidenciando a sua posição hierárquica como centro de Segunda Ordem, ou Grande Centro Regional, na rede urbana nordestina.²⁶

Com a melhoria do sistema rodoviário, muitos centros locais intensificam suas relações diretamente com Aracaju, não estando subordinado a um centro de zona de sua área de abrangência. Para Diniz, isso é decorrência da incapacidade que os centros de zona tiveram para organizar sua região, devido ao tempo limitado e também porque todas as cidades com alguma centralidade têm os mesmos tipos de funções diferenciando-se dos centros de zonas locais apenas pelo quantitativo, limitando a sua ação sobre o espaço.²⁷

A maior proeminência dos centros de zona é exercida nos dias da feira, cenário comum no Nordeste brasileiro e em alguns países subdesenvolvidos. Os mercados periódicos ocorrem semanalmente ou até duas vezes por semana, dependendo da dinâmica econômica de cada

²⁴ DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3,1969, p. 103-150.

²⁵ DINIZ, José Alexandre Felizola. *O subsistema Urbano regional de Aracaju*. Recife: SUDENE, 1987. p. 56.

²⁶ DUARTE, Aluizio Capdeville. Aracaju e sua região. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n 220, 1971, p. 4.

²⁷ DINIZ, José Alexandre Felizola. A zona de influência de Aracaju. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.31, n 3,1969, p. 103-150.

centro urbano e de sua região de entorno. Porém, deve-se atentar que os centros locais também exercem sua centralidade nos dias da feira, ressaltando-se que a sua área de influência envolve um perímetro menor, às vezes, correspondendo apenas ao próprio município ou povoados de outros municípios que se situam mais próximo.

Isso comprova que os fluxos não se direcionam somente para a cidade primaz dentro de uma zona de influência, ocorrendo a permuta desse movimento migratório entre os demais centros. Todavia, a intensidade não é a mesma, pois os fluxos que se direcionam para cidade primaz são em maior quantidade e também os serviços que buscam nessas cidades são mais especializados. A diferença do direcionamento dos fluxos se concretiza pelo número e, sobretudo, pelas especificidades das funções existentes.

No contexto sergipano verifica-se que Aracaju é uma cidade macrocéfala, tanto a partir do contingente demográfico, quanto pela especialização das funções urbanas, assim como pela capacidade de tomada de decisões, em decorrência da centralização das funções administrativas.

As disparidades demográficas entre Aracaju e as demais cidades do estado são muito grandes. Apenas duas cidades, em Sergipe, têm população superior a 100.00 habitantes: Aracaju, com 570.937 habitantes e Nossa Senhora do Socorro com 160.836, o que corresponde a 36,5% da população estadual, sendo que as mesmas formam uma aglomeração em formação metropolitana.

Essas distinções, segundo Santos, também estão presentes no contexto nacional em decorrência de dois elementos importantes: tanto em virtude da ausência de uma burguesia empreendedora nos centros intermediários, quanto à ação centralizadora do Estado, que não se preocupa em repartir geograficamente os investimentos.²⁸

Neste sentido, é válido também recorrer ao contexto histórico do país, desde os primórdios da ocupação portuguesa, quando a ação

²⁸ SANTOS, Milton. Crescimento nacional e nova rede urbana: o exemplo do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 29, n.4, 1967, p. 78-92.

governante preocupava-se em centralizar os serviços administrativos, judiciais e econômicos nas capitais das províncias. Assim,

Durante o período colonial, a administração centralizada e a concentração do comércio de exportação-importação fizeram da capital o único organismo urbano dotado de serviços; porém a economia internacional continua determinando sozinha a evolução da cidade, tal ponto que a rede interior de transportes é quase inexistente. Como a população circula mais facilmente que as mercadorias, a capital conhece um rápido crescimento demográfico.²⁹

O resultado dessa investidura governamental é verificado em amplas escalas de análise. Diante do exposto, vale mencionar que tais ações em Sergipe não ocorreram de modo diferente da realidade nacional. Assim, é evidente a discrepância do quantitativo demográfico e das funções urbanas entre Aracaju e as demais cidades do estado. A atual realidade justifica a ação centralizadora dos investimentos na capital.

O Estudo das Regiões de Influências das Cidades elaborado pelo IBGE (2008) ratifica a primazia exercida por Aracaju, extrapolando o limite estadual. Aracaju é classificada como Capital Regional tem capacidade de gestão no nível imediatamente inferior aos das metrópoles. Além da categoria capital regional, este subsistema urbano conta com o centro subregional A, formado por Paulo Afonso (BA) e com o Centro subregional B, representado por Itabaiana que alcança um novo patamar na rede (Figura 01).³⁰ Os centros de Zona A são Estância, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá. Os centros de Zona B são constituídos por Canindé de São Francisco, Neópolis e Nossa Senhora das Dores, Cícero Dantas (BA).

²⁹ SANTOS, Milton. *Manual de Geografia Urbana*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 167.

³⁰ IBGE. *Regiões de influências das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.



Figura 01: Aracaju - Região de influência, 2007.
Fonte: Regiões de Influências das Cidades 2007, 2008.

As demais cidades sergipanas estão classificadas como centros locais, sendo inexistente a presença de cidades intermediárias que possam quebrar ou reduzir a centralidade que Aracaju exerce. Esses dados são indicadores da fragilidade da rede urbana de Sergipe debatida pelos estudos em âmbito estadual que ensejam corroborar com as análises teóricas sobre essa temática. Assim, verifica-se a drenagem da renda estadual em direção à capital, proporcionando a dependência dos demais centros citadinos em torno da capital. Neste enfoque, verifica-se a baixa expressão das ligações dos centros de zona em relação as suas respectivas hinterlândias

A maioria das cidades sergipanas está sob influência direta de Aracaju. Essa circunstância ratifica a macrocefalia da cidade, evidenciando a discrepância da hierarquia urbana estadual, concernente aos níveis hierárquicos. A primazia Aracaju, no âmbito estadual, se insere nessa dinâmica mundial e “tende a fortalecer-se e consolidar-se, fragilizando os centros interioranos, cada vez mais dependentes”.³¹ Na região de influência de Aracaju constata-se a ausência dos níveis hierárquicos capital regional B e capital regional C, condição que contribui para a fragilização da rede urbana estadual, diferente do que ocorre nos demais estados nordestinos. Este fato pode ser atribuído ao tamanho do território e à rede rodoviária que facilitam os deslocamentos fortalecendo a centralidade de Aracaju e fragilizando os demais centros.

Ao verificar a região de influência das capitais administrativas não metropolitanas do Nordeste brasileiro, percebe-se uma melhor distribuição de cidades intermediárias, a exemplo da rede urbana comandada por Maceió na qual Arapiraca encontra-se como Capital Regional C e os subsequentes centros subregionais A e B.

O subsistema urbano de João Pessoa apresenta Campina Grande como Capital Regional B. Não há o nível hierárquico de Capital Regional C, mas há uma ampla de distribuição de centros subregional A e B. A região de influência de Natal apresenta sob o seu comando Mossoró, Capital regional C, além dos centros subregional A e B.

³¹ FRANÇA, Vera Lucia Alves França. *Aracaju: Estado e Metropolização*. Aracaju: UFS, 1999, p. 35.

A capital Regional São Luís tem Imperatriz como Capital Regional C, e posteriormente os demais níveis abaixo. Teresina, semelhante a Aracaju, tem como maior nível hierárquico no seu comando o centro Subregional A, fator que remete à fragilização da rede. Dessa forma, a rede se manifesta pela capacidade de polarização que uma ou mais localidades centrais exerce em razão da organização e da localização da população e das atividades que concentram e do desempenho externo que confere uma função.³² São essas distinções assimétricas da rede que favorecem o seu fortalecimento e ampliação das cidades primazes sobre as hinterlândias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações espaciais se concretizam a partir da gestão dos agentes modeladores do espaço que direcionam as suas ações de modo multifário afim do fortalecimento e amplitude do sistema vigente. Assim, o espaço torna-se reticular e interdependente do conjunto de ações e objetos proporcionando articulações em todos os níveis que perpassam os subespaços à escala mais ampla.

Na escala nacional, as complexidades se expandem além dos limites territoriais e são impressas perante as inovações proporcionadas pelo meio técnico-científico que intensificam a fluidez e ampliam os vetores das relações espaciais. Assim, diferentes lugares tornam-se interdependentes mesmo sem considerar a distância física entre si. Nessa articulação vigente, as relações hierarquizadas se concretizam, pois, diante da nova lógica se estabelece a complementaridade entre os lugares.

Ao contextualizar as tessituras das relações regionais com as escalas geográficas mais amplas, percebe-se que a lógica da sustentação reticular do espaço é a mesma, alterando-se apenas o poder de abrangência. Assim, é constatado que a trama que move os sujeitos e os objetos materiais e imateriais é constituída da mesma lógica centralizadora que

³² SOUZA, Fernando Antonio Santos de. *Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe*. Tese (Doutorado em Geografia) – UFS, São Cristóvão, 2008.

tem como sentido único a drenagem de capital até os centros maiores.

Neste sentido, constatam-se as contradições das interações espaciais, pois estas ocorrem de modo multifário, mas seus vetores de geração de riqueza não possuem múltiplas direções equitativas, pois, há necessidade de manutenção das diferenciações socioeconômicas para a conservação da retroalimentação reticular.

A teia regional que Aracaju atua redimensiona a sua complexidade polarizando todo o estado de Sergipe além da expansão por algumas cidades da Bahia e Alagoas e Pernambuco. A sua força intervencionista se apropria da influência nas interações espaciais dos centros intermediários sobre as respectivas hinterlândias.

O fortalecimento da rede urbana se concretiza em decorrência das desigualdades espaciais e entre os sujeitos. Cada indivíduo tece a rede, porém, as disparidades socioeconômicas não permitem o equilíbrio dos resultados, mas reforçam as diferenças, pois se manifestam através da canalização da drenagem de riquezas para os detentores de poder, estabelecidos nos maiores centros.

Artigo recebido em 14 de março de 2013.

Aprovado em 17 de maio de 2013.